

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta:	OE202206/0643
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal para Cargos de Direção
Estado:	Ativa
Nível Orgânico:	Outros
Organismo	Conselho Superior da Magistratura
Regime:	Cargos não inseridos em carreiras
Cargo:	Direcção Intermédia de 2º grau
Área de Actuação:	Direção Intermédia de 2.º Grau da Divisão Administrativo-Financeira e Económico (DAFE)
Remuneração:	2645,28
Suplemento Mensal:	197.13 EUR
Conteúdo Funcional:	As competências previstas nas alíneas a) a h) e q) a u), do n.º 2, do artigo 16.º da Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto, que aprova o regime de organização e funcionamento do Conselho Superior da Magistratura (CSM).
Habilitação Literária:	Licenciatura
Descrição da Habilitação:	Administração e gestão, Administração Pública, Finanças, Economia, Contabilidade e Auditoria. Possuir experiência profissional relevante e comprovada na área das atribuições e competências específicas da unidade orgânica a que o concurso se destina, no que se relaciona com a gestão de recursos financeiros, recursos humanos e recursos patrimoniais e aquisições.
Perfil:	Outros requisitos preferenciais: a. Experiência comprovada em cargos de direcção intermédia; b. Capacidade de análise, de planeamento e organização; c. Capacidade de desenvolvimento e motivação; d. Capacidade de decisão e espírito de iniciativa; e. Capacidade de liderança.
Métodos de Selecção a Utilizar:	Avaliação curricular, com carácter eliminatório e entrevista pública. O Júri terá a seguinte composição: Presidente: Dr.ª Ana Cristina Dias Chambel Matias, Juiz Secretária do Conselho Superior da Magistratura;
Composição do Júri:	Vogal: Dr.ª Lúcia da Conceição Martins, Chefe de Divisão de Gestão Financeira da Direcção-Geral da Administração da Justiça; Vogal: Vogal: Dr. Pedro Gomes Rodrigues, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Conselho Superior da Magistratura	1	Rua Duque de Palmela n.º 23	Lisboa	1250097 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) n.º 12200/2022, de 17 de junho

Apresentação de Candidaturas

Local: Rua Duque de Palmela, n.º 23, 1250-097 Lisboa

Formalização da Candidatura: A formalização de candidaturas deverá ser acompanhada de requerimento, datado e assinado, dirigido à Juiz Secretária do Conselho Superior da Magistratura, podendo ser remetidas através de correio eletrónico (candidaturas.csm@csm.org.pt), ou entregues pessoalmente no Serviço de Expediente da Direção de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF), de 2.ª a 6.ª feira, entre as 09h00 e as 12h30 e as 14h00 às 16h30, ou então por correio registado com aviso de receção até ao termo do prazo fixado, para: Conselho Superior da Magistratura, sito na Rua Duque de Palmela, n.º 23, 1250-097 Lisboa.

O requerimento deve conter os seguintes elementos:

- a. Indicação da referência/código do concurso a que se candidata;
- b. Identificação completa (nome, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número do cartão de cidadão e sua validade, residência, código postal, telefone e e-mail);
- c. Indicação do nível habilitacional, bem como da área de formação académica e profissional adquirida nos últimos 10 anos, não sendo aceite documentação anterior a essa data para efeitos de avaliação curricular;
- d. Indicação da carreira ou cargo que exerce e do tempo de serviço na categoria/cargo e na carreira;
- e. Quaisquer outros elementos que o(a) candidato(a) considere passíveis de influir na apreciação do seu mérito, os quais só serão tidos em conta pelo Júri se devidamente comprovados.

O requerimento de candidatura deve ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a. Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado;
- b. Fotocópias dos certificados comprovativos das habilitações literárias e da formação profissional;
- c. Declaração, emitida pelo serviço de origem do candidato, devidamente autenticada e atualizada, e da qual conste, de forma expressa e inequívoca, a modalidade de relação jurídica de emprego público que detém (regime de nomeação ou de contrato por tempo indeterminado), da antiguidade na carreira, na categoria e na Administração Pública, e conteúdo funcional exercido, com a especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho;
- d. Outros documentos considerados pertinentes para a avaliação do perfil.

Contacto:

Data de Publicação 2022-06-20

Data Limite: 2022-07-01

Observações Gerais: Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreva, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. O Júri poderá considerar que nenhum candidato reúne as condições para ser nomeado. Os candidatos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência dos interessados, em harmonia com o disposto no n.º 13, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.